

PDT rompe com Lula na Câmara e fica no Senado

Presidente do INSS explica ressarcimento de recursos

Por Gabriela Gallo

Com a saída de Carlos Lupi do Ministério da Previdência Social, a bancada do PDT na Câmara dos Deputados anunciou, nesta terça-feira (6), que deixará a base do governo federal. Tudo isso quatro dias após Lupi pedir demissão do ministério como consequência do esquema de fraudes na distribuição de benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Será uma saída, no mínimo inusitada. Apesar do anúncio da bancada de deputados, o novo ministro da Previdência, Wolney Queiroz (PDT), permanece no cargo. E a bancada do partido no Senado Federal divergiu da decisão e anunciou que continuará na base do governo. A bancada do partido na Câmara conta com 17 deputados federais, no Senado, são três representantes: os senadores Weverton Rocha (MA), Ana Paula Lobato (MA) e Leila Barros (DF).

Independente

Apesar de ter deixado a base do governo federal, o líder da bancada na Câmara, deputado Mário Heringer (MG), destacou que o PDT passa a ser uma sigla independente na Casa, e não irá para a oposição. Segundo o parlamentar, a decisão não se trata de uma "retaliação", mas que o caso no INSS foi "o pingão d'água" que faltava para o partido deixar o governo.

"Esse problema de relacionamento com o governo já vem há muito tempo. A questão do INSS, que é uma questão muito importante para nós e para todos os brasileiros, foi, na verdade, mais um episódio. Foi o pingão d'água que faltava. Não é retaliação", afirmou Heringer.

"Apoiar o governo Lula não é problema nenhum para a gente, até porque é o governo



Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Heringer: demissão de Lupi foi o "pingão d'água" na relação com o governo

que está aí. E tem feito um trabalho que eu reputo bom para o Brasil. Mas o governo Lula não está dando, e não estava dando desde antes, a reciprocidade e o respeito que o PDT julga merecer", completou o líder da bancada.

Eleição

Segundo o parlamentar, a legenda discutirá alternativas de candidaturas para a eleição presidencial de 2026. "O PDT na eleição anterior ofereceu alternativa para a Presidência e a gente acha que podemos oferecer alternativa também para 2026", declarou o Mário Heringer, lembrando a candidatura de Ciro Gomes na eleição presidencial de 2022.

Mesmo que o novo ministro de Previdência Social também seja do PDT, a mudança não foi bem avaliada pelo partido, especialmente porque o nome de Carlos Lupi não foi citado no relatório preliminar da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU). A ministra de Relações Institucionais do governo, Gleisi Hoffmann, deve se reunir com a bancada nos próximos dias para tentar reverter a situação.

Já a bancada no Senado considerou a afinidade com o governo Lula no Senado, especialmente em termos de projeto para o país. Apesar das divergências, os senadores reiteraram que respeitam a decisão dos colegas de partido na Câmara dos Deputados, e que a legenda segue unida.

Ressarcimento

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, declarou que o ressarcimento de aposentados e pensionista que tiveram parte de seus recursos descontados indevidamente por um esquema de fraude será feito de forma automática, segura e sem burocracia, diretamente pela instituição. Em entrevista à rádio CBN, nesta terça-feira (6), ele reiterou que o dinheiro será devolvido diretamente na conta em que os aposentados e pensionista recebem os benefícios mensalmente.

"Uma das coisas que já foi definida é que eventual ressarcimento seja da instituição. Nada de Pix, nada de depósito em conta e nada de sacar em banco", destacou Gilberto

Waller. "Da mesma conta que ele [aposentado ou pensionista] recebe, o seu benefício previdenciário vai ser depositado. Por isso, eu peço para todos: não caia em outros golpes, não assine nada, não abra link, não acredite em ninguém que esteja vendendo facilidade", ele reiterou.

Segundo o presidente do INSS, o próprio presidente Lula que pediu para que o instituto elaborasse uma maneira para que o processo de devolução do dinheiro descontado seja fácil. Considerando que o dinheiro será devolvido na mesma conta que os beneficiários recebem, o recurso será pago junto com o benefício do INSS, em folha de pagamento suplementar — uma folha de pagamento adicional, que é usada para cobrir pagamentos que não foram incluídos na folha principal.

Nesta segunda-feira (5), Waller já havia destacado que a devolução do dinheiro se dará a partir de bens dos golpistas que foram apreendidos pela PF. Caso o valor não seja suficiente, outras alternativas serão estudadas para resolver a questão.

Câmara aprova projeto que amplia número de deputados

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei complementar (PLP) que aumenta de 513 para 531 o número de vagas na Casa em razão do crescimento populacional. O texto mantém o tamanho das bancadas que perderiam representantes segundo o Censo de 2022. A mudança será a partir da legislatura de 2027.

O texto a ser enviado ao Senado é um substitutivo do relator, deputado Damião Feliciano (União-PB) para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 177/23, da deputada Dani Cunha (União-RJ). A proposta foi aprovada nesta terça-feira (6) no Plenário da Câmara.

O relator optou por uma abordagem política em vez do cálculo diretamente proporcional previsto na Lei Complementar 78/93, revogada pelo texto. "Estamos a falar de um acréscimo modesto de 3,5%, enquanto a população nos últimos 40 anos cresceu mais de 40%", afirmou.

Damião Feliciano argumenta que a perda de representantes significaria também perda de recursos em emendas parlamentares, aumentando a desigualdade regional (somente o Nordeste perderia oito vagas). "Perder cadeiras significa perder peso político na correlação federativa e, portanto, perder recursos", disse.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O deputado Damião Feliciano foi o relator do projeto

A necessidade de rever a distribuição de cadeiras surgiu após decisão, em agosto de 2023, do Supremo Tribunal Federal (STF) ao acatar uma ação do governo do Pará que apontou omissão do Legislativo em atualizar o número de deputados de acordo com a mudança populacional, como previsto na Constituição.

A corte deu prazo até 30 de junho para o Congresso aprovar a redistribuição de vagas de acordo com o Censo de 2022, sob pena de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizá-la. O Pará argu-

mentou que teria direito a mais quatro deputados desde 2010. A decisão do STF prevê a manutenção dos 513 deputados federais com redistribuição de 14 cadeiras, tomando como base a lei de 1993.

No entanto, com o aumento de vagas constante da proposta aprovada pela Câmara, os sete estados que perderiam vagas para outros nessa redistribuição continuam com o mesmo número de deputados: Rio de Janeiro (46 deputados) perderia quatro cadeiras; Paraíba (12), Bahia (39), Piauí (10) e Rio Grande do Sul (31)

perderiam duas cadeiras cada um; Pernambuco (25) e Alagoas (9) perderiam uma cadeira cada um.

Impacto orçamentário

A criação de novas cadeiras implicará impacto orçamentário de R\$ 64,8 milhões ao ano, segundo informações da Diretoria-Geral da Câmara, a ser absorvido pelas previsões orçamentárias de 2027, quando começa a próxima legislatura com a nova quantidade.

Outro impacto que deverá ser alocado é o de emendas parlamentares que os novos representantes passarão a ter direito de indicar no âmbito do Orçamento da União.

Assembleias estaduais

Além disso, conforme determina a Constituição Federal, o número de deputados estaduais mudará porque a Assembleia Legislativa deve ter o triplo da representação do estado na Câmara dos Deputados com uma trava de 36. Se atingido esse número, o total será os 36 mais o quanto passar de 12 na bancada federal.

Dessa forma, estados que passam de 8 deputados federais (24 estaduais) para 10 terão assembleias com 30 deputados estaduais (três vezes mais).

Informações da Agência Câmara

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Lula sabe que senador cobrará pelo favor

Governo conta com Alcolumbre para esfriar CPMI

O governo confia que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), colocará a CPMI do INSS na mesma geladeira em que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), guardou o pedido de urgência para o projeto de anistia.

Para ser instalada, uma comissão mista de inquérito precisa ser apresentada em sessão conjunta do Congresso Nacional, o

que depende de convocação por Alcolumbre — ele não tem prazo para tomar esta providência.

Em 2021, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), então presidente do Senado, levou quase três meses para instalar a instalação da CPI da Covid. Só fez a leitura do requerimento depois de obrigado pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

A dolorosa

O Planalto sabe, porém, que o favor de Alcolumbre não sairá de graça, que o presidente do Senado vai exigir ser recompensado. Deve subir ainda mais o sarrafo relacionado à nomeação de diretores de agências reguladoras, que precisam ser sabatinados por senadores.

No freezer

Padrinho de indicações para agências na área de energia, Alcolumbre não aceita nomes apresentados pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Para pressionar o governo, não marca sabinas nem para o preenchimento de cargos em outras agências.

Joédson Alves/Agência Brasil



Alexandre Silveira: voos com Lula e Alcolumbre

Presidente usa viagem para tentar resolver disputas

O presidente Lula espera resolver as pendências e liquidar as faturas na viagem para Rússia e China, prevista para ser iniciada na noite de ontem. Alcolumbre e Silveira fazem parte da sua comitiva.

Os descontos irregulares de segurados do INSS não começaram no atual governo, mas Lula não quer saber de CPI, tradi-

cional arma da oposição. Avalia que será o maior prejudicado mesmo com a apuração, pelo Congresso, de crimes cometidos durante o mandato de Jair Bolsonaro.

Para tentar barrar a pressão bolsonistas, o Planalto vai insistir que não faz sentido instalar CPI se a Polícia Federal tem feito seu trabalho.

Cebap

O filho de um nonagenário descobriu ontem que desde abril de 2024 o Cebap, Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas, desconta R\$ 45,00 mensais da aposentadoria de seu pai. A entidade é uma das investigadas pelo roubo de segurados do INSS.

'Benefícios'

Em contato com o Cebap, o filho exigiu o fim dos descontos e a devolução do dinheiro. Um funcionário disse ter feito o cancelamento da suposta adesão mas disse a grana não seria devolvida porque o segurado tivera acesso a "benefícios" oferecidos pela entidade.

Bolsonaro

Diante da exigência de apresentação de um comprovante da decisão do pai de aderir à entidade, o funcionário deixou de responder. Em 2022, no governo Bolsonaro, o Cebap ganhou do INSS o direito de descontar 2,5% de aposentados ao longo de cinco anos.

Lula

O acordo foi feito em 23 de dezembro, nove dias antes de Bolsonaro deixar o governo. Em janeiro de 2024, com Lula no Planalto, Andre Paulo Fidelis, pelo INSS, e Edmar Polcarpo Júnior, pelo Cebap, assinaram um termo aditivo e o desconto passou a ser de R\$ 45,00.